



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 158

TERÇA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	12557
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	12563
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	12564
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	12606
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	12628
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	12629
EDITAIS E AVISOS.....	12631

Supremo Tribunal Federal

Plenário

Ata da 22a. (vigésima segunda) sessão ordinária, realizada em 12 de agosto de 1992.

Presidência do Senhor Ministro Sydney Sanches, Presidente. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Octavio Gallotti, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ilmar Galvão e Francisco Rezek.

Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga.

Secretário, Luiz Tomimatsu.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Julgamentos

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 496-4

ORIGEM : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES
REQTE. : PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT
ADV. : JONAS DUARTE JOSE DA SILVA
REQDO. : PRESIDENTE DA REPUBLICA
REQDO. : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal julgou prejudicada a ação, nos termos do voto do Relator. Votou o Presidente. Ausentes, ocasionalmente, os Ministros Néri da Silveira e Francisco Rezek. Plenário, 12.08.92.

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 581-2

ORIGEM : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURELIO
REQTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA
REQDO. : PRESIDENTE DA REPUBLICA
REQDO. : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: Após o voto do Relator, julgando improcedente a ação e declarando a constitucionalidade da 2a. parte do § 1o. do art. 3o. da Lei n. 8.215, de 25.07.91, o julgamento foi adiado em virtude

do pedido de vista dos autos, formulado pelo Ministro Ilmar Galvão. Ausentes, ocasionalmente, os Ministros Francisco Rezek e Paulo Brossard. Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Plenário, 25.06.92.

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal julgou procedente, em parte, a ação, para, declarando a constitucionalidade da 2a. parte do § 1o. do art. 3o. da Lei n. 8.215, de 25.07.91, considerada a interpretação dada no voto do Relator, afastar, por inconstitucional qualquer outra exegese que a contrarie. Votou o Presidente. Não votou o Ministro Francisco Rezek, por não ter assistido ao relatório, quando do início do julgamento. Plenário, 12.08.92.

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 725-4 - medida liminar

ORIGEM : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES
REQTE. : ASSOCIACAO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS
ADV. : HUMBERTO GRACA NETO
REQDO. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: Após os votos dos Ministros Relator, Francisco Rezek, Ilmar Galvão, Marco Aurélio, Carlos Velloso, Celso de Mello, Sepúlveda Pertence, deferindo em parte a medida cautelar, para suspender, ex nunc, no texto do § 1o. do art. 104, as expressões "nomeados pelo governo estadual, depois de aprovada a escolha pela Assembleia Legislativa", bem como de todo o § 3o. do mesmo dispositivo, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Ministro Paulo Brossard. Procurador-Geral da República, Dr. Moacir Antonio Machado da Silva, na ausência ocasional do Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Plenário, 12.08.92.

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 755-6 - medida liminar

ORIGEM : SAO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURELIO
REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DE SAO PAULO
ADV. : MICHEL TEMER
REQDO. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SAO PAULO

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal deferiu medida liminar para suspender a eficácia do § 6o. do art. 126 da Constituição do Estado de São Paulo. Procurador-Geral da República, Dr. Moacir Antonio Machado da Silva, na ausência ocasional do Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Plenário, 12.08.92.

ACAO ORIGINARIA N. 117-0

(art. 102, I, "n" da CF - Agravo de Instrumento)
ORIGEM : SAO PAULO
RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA
ARGTE. : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVS. : JOSE OSWALDO FERNANDES CALDAS MORONE E OUTROS
ARGDO. : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE SAO JOSE DOS CAMPOS
ADV. : FRANCISCO MORENO ARIZA

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal não conheceu do agravo de instrumento e determinou o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para os fins explicitados no voto do Relator. Votou o Presidente. Plenário, 12.08.92.

CONFLITO DE COMPETENCIA N. 6.997-9

ORIGEM : PARANA
RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO
INTDO. : UNIAO FEDERAL
INTDO. : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
INTDO. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
INTDO. : JUIZ FEDERAL DA 7a. VARA DA SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DO PARANA
ADVS. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
SUSTE. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIAO
SUSDO. : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - STJ

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal não conheceu do conflito de jurisdição, nos termos do voto do Relator. Votou o Presidente. Não votou o Ministro Paulo Brossard, por não ter assistido ao relatório. Procurador-Geral da República, Dr. Moacir Antonio Machado da Silva, na ausência ocasional do Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Plenário, 12.08.92.

EMB. DE DIVERG. EM REC. EXTRAORDINARIO N. 115.572
ORIGEM : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES
EMBTE. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV. : SIMONE DE LIMA TORRES RENOFIO
EMBDO. : AIRTON PINHEIRO
ADV. : MARCELIO LIMA CABRAL

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal conheceu dos embargos e, por maioria de votos, os recebeu para julgar improcedente a ação, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Francisco Rezek, Carlos Velloso, Sepúlveda Pertence e Presidente (Min. Sydney Sanches). Plenário, 12.08.92.

INQUERITO N. 371-9

(Queixa-Crime)

ORIGEM : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ILMAR GALVÃO
AUTOR : IGNACIO MAMMANA NETTO
ADVS. : ANTONIO AUGUSTO DE ALMEIDA TOLEDO E OUTRO
INDIC. : ANTONIO CARLOS MAGALHAES

Decisão: Retirado de pauta por indicação do Relator. Plenário, 12.08.92.

INQUERITO N. 427-8 - questão de ordem

(Queixa-Crime)

ORIGEM : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES
AUTOR : FRANCISCO WALDIR PIRES DE SOUZA, que também assina WALDIR PIRES
ADVS. : EVANDRO LINS E SILVA E OUTRO
INDIC. : ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES, que também assina ANTONIO CARLOS MAGALHAES
ADVS. : ITANA BADARO E OUTROS

Decisão: Após o voto do Ministro Relator, declarando a incompetência do Supremo Tribunal Federal e determinando a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, pediu vista dos autos o Ministro Ilmar Galvão. Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Plenário, 25.03.92.

Decisão: Após os votos dos Ministros Relator, Ilmar Galvão e Marco Aurélio, declarando a incompetência do Supremo Tribunal Federal e determinando a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista formulado pelo Ministro Carlos Velloso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Néri da Silveira e Celso de Mello. Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Plenário, 23.04.92.

Decisão: Por maioria de votos, o Tribunal declarou a incompetência do Supremo Tribunal Federal e determinou a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Celso de Mello, Sepúlveda Pertence, Paulo Brossard e Néri da Silveira, que declaravam a competência desta Corte e, portanto, conheciam da queixa-crime. Votou o Presidente. Não votou o Ministro Francisco Rezek, que, à época do início do julgamento, não integrava a Corte. Plenário, 12.08.92.

MANDADO DE SEGURANCA N. 21.244-6

ORIGEM : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA
IMPTE. : ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVS. : FABIANO DE CRISTO CABRAL RODRIGUES E OUTRO
IMPDO. : PROCURADOR GERAL DA REPUBLICA

Decisão: Por maioria de votos, o Tribunal indeferiu o mandado de segurança, vencidos os Ministros Carlos Velloso e Sepúlveda Pertence, que o deferiam. Votou o Presidente. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Paulo Brossard. Procurador-Geral da República, Dr. Moacir Antonio Machado da Silva, na ausência ocasional do Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Plenário, 12.08.92.

MANDADO DE SEGURANCA N. 21.348-5

ORIGEM : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
IMPTE. : SERGIO LUIZ TEIXEIRA
ADVS. : JOSE AUGUSTO TEIXEIRA TAVARES E OUTRO
IMPDO. : PRESIDENTE DA REPUBLICA

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado por proposta do Ministro Moreira Alves, para apreciação em conjunto como MS n. 20.960. Plenário, 12.08.92.

RECURSO EXTRAORDINARIO N. 112.151-3

ORIGEM : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
RECTE. : INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - INPS
ADVS. : DARIO LOPES DA COSTA E OUTRO
RECOO. : HERME DO NASCIMENTO SOUTO
ADVS. : JOSE PEREIRA PAIVA E ALCINO GUEDES DA SILVA

Decisão: Pediu vista o Ministro Francisco Rezek, após o voto do Ministro Relator que conhecia e dava provimento ao recurso. Plenário, 22.04.87.

Decisão: Prosseguindo-se o julgamento, após o voto do Ministro Relator que conhecia do recurso e lhe dava provimento e dos Ministros Francisco Rezek e Sepúlveda Pertence, que dele não conheciam, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Ministro Paulo Brossard. Plenário, 21.06.89.

Decisão: Prosseguindo-se o julgamento, após os votos dos Ministros Relator e Paulo Brossard, que conheciam do recurso e lhe davam provimento e dos votos dos Ministros Francisco Rezek e Sepúlveda Pertence, que dele não conheciam, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Ministro Célio Borja. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Francisco Rezek. Plenário, 24.08.89.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude adiantado da hora. Plenário, 01.07.91.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude da necessidade de ausentar-se o Ministro Célio Borja (que havia pedido vista dos autos), para presidir sessão do Tribunal Superior Eleitoral. Plenário, 19.12.91.

Decisão: Por maioria de votos, o Tribunal conheceu do recurso e lhe deu provimento para julgar improcedente a ação, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Francisco Rezek e Sepúlveda Pertence, que dele não conheciam. Votou o Presidente. Plenário, 12.08.92.

Brasília, 14 de agosto de 1992

LUIZ TOMIMATSU
Secretário

Ata da 31a. (trigésima primeira) sessão extraordinária, realizada em 07 de agosto de 1992.

Presidência do Senhor Ministro Sydney Sanches, Presidente. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Octavio Gallotti, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ilmar Galvão e Francisco Rezek.

Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Néri da Silveira e Celso de Mello.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Moacir Antonio Machado da Silva.

Secretário, Luiz Tomimatsu.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Julgamentos

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 659-2 (Medida Liminar)

ORIGEM : GOIAS
RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO
RECTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIAS
REQDA. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIAS

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal deferiu medida cautelar para suspender a eficácia da alínea a do inciso I do § 5º, do art. 110 da Constituição do Estado de Goiás, com a redação que lhe foi dada pela EC n. 02 de 20.11.1991. Votou o Presidente. Plenário, 07.08.92.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN
 SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604-900 - Brasília/DF
 Telefones: PABX: (061) 321-5565 - Fax: (061) 225-2046
 Telex: (061) 1356
 CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial			Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 160.900,00	Cr\$ 41.200,00	Cr\$ 146.300,00	Cr\$ 162.700,00	Cr\$ 258.000,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 75.900,00	Cr\$ 37.290,00	Cr\$ 66.680,00	Cr\$ 75.900,00	Cr\$ 136.960,00
Aéreo	Cr\$ 189.420,00	Cr\$ 93.060,00	Cr\$ 189.420,00	Cr\$ 189.420,00	Cr\$ 342.540,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DICOM
 Telefone: (061) 226-6812
 Horário: 7:30 às 19:00 horas

(cinquenta e oito vírgula quarenta e dois por cento). É verdade que este decréscimo não pode ser imputado, exclusivamente, ao Tribunal, pois antes de serem distribuídos aos Senhores Juizes os processos são encaminhados à Procuradoria Regional para parecer, onde ainda se encontravam, em 31 de julho de 1992, um total de 13.131 (treze mil, cento e trinta e um) processos. 05. ARRECADACÃO, CUSTAS E EMOLUMENTOS. O Ministro Corregedor foi ainda informado pela Corregedoria Regional de que, no período sob correição, foram recolhidos Cr\$ 34.981.864,36 (trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e um mil, oitocentos e sessenta e quatro cruzeiros e trinta e seis centavos) a título de custas e emolumentos na sede do Tribunal, e Cr\$ 1.986.588.322,44 (hum bilhão, novecentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, trezentos e vinte e dois cruzeiros e quarenta e quatro centavos) ao mesmo título nas Juntas de Conciliação e Julgamento instaladas na Região. 06. CORREGEDORIA REGIONAL. De acordo com informação do Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, no período de 05.06.91 a 04.06.92, foram inspecionadas pelo Juiz Presidente, que assumia as funções de Corregedor Regional, as 85 (oitenta e cinco) Juntas de Conciliação e Julgamento instaladas na Região, mais 28 (vinte e oito) que deixaram de ser inspecionadas no ano correicional anterior, pelo então Presidente do TRT. Foram feitas, pois, um total de 113 (cento e treze) correições. No ano correicional iniciado a 05.06.92 já foram objeto de correição ordinária 13 (treze) Juntas de Conciliação e Julgamento. Informou, finalmente, que no período de 01.06.91 a 31.07.92 foram recebidas 105 (cento e cinco) Reclamações Correicionais, das quais foram solucionadas 103 (cento e três) e 02 (duas) estão em estudo. 07. SESSÕES DAS TURMAS, GRUPOS DE TURMAS E PLENO. No primeiro dia da correição, logo após a abertura dos trabalhos, o Ministro Corregedor, acompanhado do Juiz Presidente do Tribunal, compareceu à sessão ordinária da 1ª Turma, presidida pelo Juiz RENATO MOREIRA FIGUEIREDO, tendo assistido ao julgamento de 06 (seis) dos 232 (duzentos e trinta e dois) feitos que estavam em pauta. Durante a apreciação desses processos teve a oportunidade de observar uma prática adotada pela Turma, que visa agilizar a sessão, simplificando a participação dos advogados e que consiste em facultar a estes usar da palavra para sustentação oral somente após os votos do Relator e Revisor, o que lhes ensaja, pelo conhecimento de tais votos, renunciar à sustentação, reduzindo, deste modo, o tempo médio despendido em cada julgamento. Posteriormente, foi informado pelo Secretário da Turma que, ao terminar a sessão, tinham sido julgados 257 (duzentos e cinquenta e sete) dos processos em pauta ou extrapauta e que, no período sob correição (01.06.91 a 31.07.92), que compreende 14 (quatorze) meses, foram realizadas 56 (cinquenta e seis) sessões (ordinárias e extraordinárias), nas quais tinham sido julgados 6.224 (seis mil, duzentos e vinte e quatro) processos, o que representa uma média de 111 (cento e onze) processos por sessão. No dia 04 (quatro) de agosto, o Corregedor Geral, também em companhia do Presidente do TRT, compareceu, pela manhã, às sessões ordinárias das 2ª e 4ª Turmas. Na 2ª, presidida pelo Juiz JOSÉ MARIA CALDEIRA, presente a Procuradora do Trabalho JÚNIA SOARES NÁDER, assistiu ao julgamento de 08 (oito) processos dentre os 209 (duzentos e nove) da pauta e 24 (vinte e quatro) extrapauta. Nesta Turma foi também observado que aos advogados é facultado falar, se preferirem, somente após proferidos os votos do Relator e do Revisor, fazendo então sustentação oral apenas quando tais votos contrariam os interesses da(s) parte(s) por eles representada(s). Foi depois informado de que, ao término da sessão, já à noite, haviam sido julgados 233 (duzentos e trinta e três) processos. Também recebeu informação de que no período sob inspeção a 2ª Turma realizara 55 (cinquenta e cinco) sessões, julgando um total de 5.764 (cinco mil, setecentos e sessenta e quatro) processos, ou seja, uma média de 105 (cento e cinco) feitos por sessão. Na 4ª Turma, presidida pelos Juizes DÁRCIO GUIMARÃES ANDRADE e NILLO ALVARO SOARES, presente a Procuradora DEOCLECIA AMORELLI DIAS, assistiu ao julgamento de 08 (oito) processos dos 179 (cento e setenta e nove) que foram julgados na sessão, sendo 161 (cento e sessenta e um) que estavam em pauta. Foi informado pela Secretária da Turma de que no período sob correição a 4ª Turma realizara 53 (cinquenta e três) sessões, tendo solucionado 5.624 (cinco mil, seiscentos e vinte e quatro) processos, ou seja, 106 (cento e seis) feitos por sessão, em média. Na quarta-feira, dia 05 (cinco) de agosto, foi o Ministro Corregedor, ainda acompanhado do Juiz Presidente do Regional, à sessão ordinária da 3ª Turma, presidida então pelo Juiz ÁLFIO AMAURY DOS SANTOS, presente a Procuradora MARIA CRISTINA DUTRA FERNANDES, tendo assistido ao julgamento de 05 (cinco) dentre os 151 (cento e cinquenta e um) processos que estavam em pauta. Após o encerramento da sessão informou a Secretária que haviam sido julgados 183 (cento e oitenta e três) processos da pauta e extrapauta e que, no período sob inspeção, a referida Turma julgara 6.026 (seis mil e vinte e seis) processos nas 61 (sessenta e uma) sessões realizadas, isto é, uma média de 99 (noventa e nove) feitos por sessão. Observou o Ministro que o pregão dos processos é feito pelo anúncio, apenas, dos números dos mesmos e os de sua ordem na pauta, não havendo a leitura dos nomes das partes. O Corregedor Geral não compareceu também às sessões dos Grupos de Turmas e do Pleno durante a correição porque estes órgãos não se reuniram no período de 03 a 07 de agosto. 08. PROCURADORIA REGIONAL. O Ministro Corregedor foi informado pela Procuradora Regional do Trabalho em exercício, Drª DEOCLECIA AMORELLI DIAS, de que em 31 de julho do corrente ano estavam em poder da Procuradoria Regional 13.131 (treze mil, cento e trinta e um) processos, sendo 12.502 (doze mil, quinhentos e dois) aguardando distribuição, 310 (trezentos e dez) em posse dos Procuradores para elaboração de parecer e 319 (trezentos e dezenove) aguardando remessa para o TRT. 09. PRESIDÊNCIA - RECURSOS DE REVISTA. A Assessoria Jurídica da Presidência informou ao Ministro Corregedor que de 01.06.91 a 31.07.92 foram interpostos 4.785 (quatro mil, setecentos e oitenta e cinco) Recursos de Revista, dos quais só foram admitidos 1.948 (hum mil, novecentos e quarenta e oito), denegados 2.670 (dois mil, seiscentos e setenta) e 167 (cento e sessenta e sete) estão em estudo. Em relação aos já despachados, o percentual de admissibilidade das Revistas foi, pois, de 42,18% (quarenta e dois vírgula dezoito por cento), o que é elogiável, porque sendo tais recursos de natureza extraordinária, só devem ser admitidos nas únicas e restritas hipóteses previstas no Artigo 896, da CLT. 10. ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS - VISITAS. Durante os dias da correição, recebeu o Corregedor Geral a visita do Exmº Sr. Presidente do TRT, Juiz AROLD PLÍNIO GONÇALVES, do Vice-Presidente do Tribunal, Dr. GABRIEL DE FREITAS MENDES, do Corregedor Regional da 4ª Região, Dr. MAURO AUGUSTO BRETON VIOLA, dos Juizes do Tribunal RENATO

MOREIRA FIGUEIREDO e ALICE MONTEIRO DE BARROS, dos Procuradores ANTÔNIO CARLOS PENZIN FILHO, DEOCLECIA AMORELLI DIAS e JÚNIA SOARES NÁDER, do Secretário da OAB - Seção de Minas Gerais e Presidente da Associação Mineira de Advogados Trabalhistas, Dr. ANTÔNIO JAMIM, do Presidente da AMATRA - III, Juiz PAULO ROBERTO SIFUENTES COSTA, do Presidente da AJUCLA, Dr. BENEDITO ALVES BARCELOS e do Juiz aposentado Dr. WILCE PAULO LÉO JÚNIOR. Por sua vez, visitou o Ministro Corregedor o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho aposentado, LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO, os Juizes do TRT GABRIEL DE FREITAS MENDES e JOSÉ WASTER CHAVES e a nova sede da Procuradoria Regional do Trabalho, à Avenida Afonso Pena nº 867 - 9º andar. Finalmente, em companhia da Comissão de Construção do TRT, esteve no prédio em construção à Rua Goitacazes nº 1.475 - Barro Preto, onde serão instaladas as 25 (vinte e cinco) Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte já instaladas e as 10 (dez) novas Juntas criadas recentemente. O Presidente da AMAT fez várias reivindicações relacionadas com os serviços das Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital do Estado, que o Ministro Corregedor Geral prometeu levar ao conhecimento do Corregedor Regional, autoridade competente para apreciá-las. 11. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. Foi o Ministro Corregedor informado, pelo Diretor do Serviço de Recursos e Distribuição de Feitos da 2ª Instância de que, no período de 01.06.91 a 31.07.92, foram distribuídos aos Senhores Juizes 29.404 (vinte e nove mil, quatrocentos e quatro) processos e que, nesta última data, haviam 1.336 (hum mil, trezentos e trinta e seis) processos aguardando distribuição, merecendo ser salientado que todos os processos que chegam ao Tribunal continuam sendo, de logo, distribuídos, segundo a orientação adotada pelo próprio Tribunal a partir do ano passado. 12. CONSIDERAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES. Com base nas constatações desta correição, faz o Ministro Corregedor as seguintes CONSIDERAÇÕES DE ORDEM GERAL: 1ª) Merece ser destacada, inicialmente, a boa ordem em que foram encontrados os livros em uso no Tribunal, cujos funcionários vêm observando as instruções que receberam desta Corregedoria na correição do ano passado; 2ª) Também devem ser salientados os seguintes dados quanto aos prazos médios levantados nos processos examinados: a) nos processos de competência dos Grupos de Turmas, isto é, dissídios coletivos, ações rescisórias, mandados de segurança, pedidos de habeas corpus, conflitos de competência, etc., nenhum dia aguardando autuação, nenhum dia aguardando distribuição e nenhum dia aguardando julgamento, após incluído em pauta, significando que os feitos são julgados na data mesma da pauta em que são incluídos, o que também foi constatado em relação aos processos de competência das Turmas; b) o prazo de permanência na Procuradoria Regional, nos processos de competência das Turmas, aumentou, embora discretamente, de 284 (duzentos e oitenta e quatro) para 292 (novecentos e noventa e dois) dias, continuando, pois, elevado; c) apesar do grande número de processos distribuídos semanalmente aos Juizes, apenas 02 (dois) deles ultrapassaram, como Relator, o prazo regimental para exame dos mesmos e nenhum o ultrapassou como Revisor, o que representa um esforço extraordinário desses Juizes, merecendo elogios; d) o prazo de permanência dos processos nas Turmas, excluindo aquele em que ficam na Procuradoria Regional, baixou de 104 (cento e quatro) para 74 (setenta e quatro) dias; 3ª) Estatisticamente, a produtividade dos Juizes foi notável, pois no período foram recebidos no Tribunal 28.499 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e nove) processos, distribuídos aos Juizes 29.404 (vinte e nove mil, quatrocentos e quatro) e por eles julgados 24.800 (vinte e quatro mil e oitocentos), o que significa 1.771 (hum mil, setecentos e setenta e um) feitos julgados por mês; 4ª) O percentual de produtividade dos magistrados caiu de 101,62% (cento e um vírgula sessenta e dois por cento), apurado em 1991, para 84,34%

(oitenta e quatro vírgula trinta e quatro por cento), constatado este ano, porque o número de processos distribuídos aos mesmos no período anterior (01.04.90 a 31.05.91) foi de apenas 12.731 (doze mil, setecentos e trinta e um) processos e o de julgados naquele período 12.937 (doze mil, novecentos e trinta e sete), enquanto que no período ora sob correição foram distribuídos 29.404 (vinte e nove mil, quatrocentos e quatro) e julgados 24.800 (vinte e quatro mil e oitocentos) processos; 5ª) Também digno de ser salientado é o trabalho da Corregedoria Regional, que fez 113 (cento e treze) correições ordinárias nas 85 (oitenta e cinco) Juntas de Conciliação e Julgamento da Região e solucionou 103 (cento e três) Reclamações Correicionais, isto é, quase 100% (cem por cento) das 105 (cento e cinco) recebidas nos 14 (quatorze) meses do período sob exame; 6ª) Cada uma das Turmas do Tribunal realizou, em média, 56 (cinquenta e seis) sessões no período, ou 04 (quatro) por mês, e julgou 105 (cento e cinco) processos por sessão, ou seja, cerca de 5.910 (cinco mil, novecentos e dez) feitos no período, cada uma; 7ª) A Procuradoria Regional continua com elevado número de processos aguardando oferecimento de parecer, mas espera o Corregedor Geral que, face à mudança daquele órgão para sua nova sede, os Procuradores tenham melhores condições para liberar, doravante, maior número de processos, o que deu a entender o ilustre Procurador Regional, Dr. ANTÔNIO CARLOS PENZIN FILHO, quando visitado pelo Ministro Corregedor; 8ª) Menção especial deve ser feita ao número significativo de publicações feitas pelo Tribunal. Com efeito, foi o Corregedor Geral informado de que, no período sob correição, foram editados pelo

TRT, dentre outros, o "Plano de Ação para o Biênio 91/93", o "Jornal do Cinquentenário da Justiça do Trabalho", o "Manual de Cálculos e de Liquidação de Sentença", o "Manual de Apoio aos Oficiais de Justiça", o "Manual de Informações Trabalhistas", o nº 47/50 da "Revista do TRT", os números 1 e 2 do Volume 12 do "Boletim de Jurisprudência e Doutrina", o "Manual sobre Prevenção de Acidentes" e os "Precedentes Normativos"; 9ª) Foi observado que na Assessoria Jurídica da Presidência não é lavrado termo de recebimento dos processos que lhe são encaminhados para elaboração dos despachos de admissibilidade dos Recursos de Revista, dificultando a determinação do prazo de permanência dos processos na Presidência para esse fim; 10ª) Como já assinalado no item sobre distribuição de processos, o TRT da 3ª Região recebeu, no período sob inspeção, 28.499 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e nove) processos e distribuiu 29.404 (vinte e nove mil, quatrocentos e quatro), isto é, foram distribuídos 905 (novecentos e cinco) processos além dos recebidos no período; os 1.336 (hum mil, trezentos e trinta e seis) feitos que aguardavam distribuição em 31 de julho último, sexta-feira, são aqueles que seriam e foram efetivamente distribuídos na segunda-feira, dia 03 do corrente. Feitas estas observações de ordem geral, o Ministro Corregedor, tendo em vista a excelente "performance" do Tribunal no período sob correição, tem apenas duas

RECOMENDAÇÕES a deixar: 1ª) Uma, de caráter burocrático, que é a de ser adotado o carimbo de recebimento pela Assessoria Jurídica da Presidência, para permitir a determinação, pelo Corregedor Geral, do prazo acima mencionado; 2ª) Outra quanto ao volume de processos que vem sendo julgado pelos Senhores Juizes, com grande sacrifício para todos eles e seus assessores, que é a de não perderem eles de vista a qualidade dos seus julgados, sem a qual o seu louvável esforço fica, em parte, comprometido. 13. **AGRADECIMENTOS.** O Ministro Corregedor expressa seus agradecimentos ao Exmº Sr. Presidente do TRT, Juiz AROLDO PLÍNIO GONÇALVES, pela solicitude com que pôs a estrutura e os serviços do Tribunal à sua disposição e de sua equipe, para realização dos trabalhos correicionais, aos Senhores Juizes, aos funcionários ERDMAN FERREIRA DA CUNHA, Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, ALUYSIO QUINTÃO BELLO DE OLIVEIRA, Assessor-Chefe da Assessoria de Comunicação Social, CÉLIO FERNANDO CARDOSO e EMERSON DE FARIA MORAIS, ambos Agentes de Segurança, e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para que os trabalhos da correição fossem concluídos no prazo previsto. O encerramento desta correição anual foi feito em sessão plenária do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, realizada às 16:00 (dezois) horas do dia 07 de agosto de 1992, com a leitura da presente Ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Ministro Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA, pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Juiz AROLDO PLÍNIO GONÇALVES, e por mim, MARIA CRISTINA DE ARAÚJO SANTA CRUZ DE OLIVEIRA, que a fiz datilografar. Dada e passada nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, aos sete dias do mês de agosto de hum mil, novecentos e noventa e dois.

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA, Corregedor Geral; AROLDO PLÍNIO GONÇALVES, Presidente do TRT da 3a. Região; MARIA CRISTINA SANTA CRUZ, Assessora da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Superior Tribunal Militar

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

Publicação para fins de intimação

HABEAS CORPUS Nº 32.859-9/SP

Pacientes : CLÁUDIO ANTUNES DE OLIVEIRA, Cb.PM/SP; ARISTIDES GOLBERT, ALMIR ANSELMO DE AQUINO e GLAUCO APARECIDO ALVES DE ARAÚJO, Sds. PM/SP., presos por decisão do Conselho de Justiça Militar da 2ª Auditoria do Estado de São Paulo, alegando constrangimento ilegal, pedem, liminarmente, a concessão da ordem para que possam ser postos em liberdade.

Impetrante : Dr. José Orlando Soares.

DESPACHO

" Vistos, etc..."

Trata-se de habeas corpus impetrado em favor de Policiais militares do Estado de São Paulo, objetivando a liberdade dos Pacientes, sob a alegação de que os mesmos "estão sofrendo coação ilegal em suas liberdades de locomoção, em decorrência de decisão emanada do Conselho de Justiça Militar da 2ª Auditoria Militar do Estado de São Paulo, e o Tribunal de Justiça Militar do mesmo Estado, sendo que o primeiro negou o relaxamento da prisão preventiva decretada, e o segundo, negou (...) ordem de "Habeas Corpus" impetra da no dia 22 de abril de 1992, (...)"

Consoante documentação acostada aos autos (fla 15), os Pacientes respondem a processo perante a 2ª Auditoria Militar do Estado de São Paulo, onde foram denunciados como incurso nos artigos 205, § 2º, incisos I, III e IV; 223 (por três vezes), c/c o 70, inc. II, alíneas "g" e "l", 79 e 53, todos do Código Penal Militar.

Isto posto, decide-se.

Verifica-se, prima facie, segundo alega o Impetrante, que a suposta coação advém de órgão da Justiça Militar do Estado de São Paulo, cujas decisões, envolvendo matéria relacionada com crimes militares praticados por integrantes da Polícia Militar daquele Estado, escapam à apreciação desta Corte, na forma do artigo 125, § 4º, da Constituição Federal, o que inviabiliza o regular processamento do presente "writ".

Assim, NEGO SEGUIMENTO ao pedido do Impetrante, por não ser o Superior Tribunal Militar o destinatário competente para conhecer da matéria versada nos autos.

Publique-se para conhecimento do interessado.
Arquive-se.

Brasília, 13 de agosto de 1992

MINISTRO EDUARDO PIRES GONÇALVES
Relator"

Publicação para fins de intimação

PETIÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 64-0-RJ

Peticionário : LEOPOLDO GUTEMBERG DE ANDRADE, Técnico Judiciário do Quadro Permanente das Auditorias, lotado e em exercício na 2ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM, representa contra o Exmº. Sr. Ministro Relator da Petição Administrativa nº 59-4.

DESPACHO

Vistos etc.

LEOPOLDO GUTEMBERG DE ANDRADE, Técnico Judiciário NS-25, lotado e em exercício na 2ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM, invocando o Art. 116, inciso XII da Lei nº 8.112, de 11.12.90, representa contra o Exmº. Sr. Ministro Dr. Antonio Carlos de Seixas Telles, com assento nesta Corte, aduzindo, em síntese:

"O Representante endereçou expediente a esse Egrégio Tribunal, em recurso hierárquico, que foi distribuído ao Representado, como Relator, em 1.8.90, Ata da 40ª. Audiência Pública de Distribuição de Processos.

Acontece que só em 16.10.91, isto é, um ano, dois meses e quinze dias, tal recurso foi julgado pelo Egrégio Tribunal, ultrapassando, abusivamente, o prazo de 35 dias previsto no art. 166, da Lei ... 1.711/52, fatal e improrrogável, sem que nada fosse alegado para justificar tal dilatação, o que seria despidendo, face à fatalidade e improrrogabilidade do referido prazo.

Acontece, ainda, que, julgado o recurso em 16.10.91, isto é, há oito meses atrás, não foi, ainda, o respectivo Acórdão enviado para conhecimento de sua motivação, sem o qual não se pode confutá-la para uma futura prestação jurisdicional.

E esse julgamento só foi procedido depois que foi enviada indagação sobre o andamento e, então, foi incluído em sessão extraordinária, despertando do longo sono hibernar em que se encontrava."

E conclui o Representante:

"Parece, então, que o dever da observância dos prazos legais é uma utopia que habita os jardins de Tântalo, inócuo, pois fica-se ao sabor da boa vontade dos administradores." (fls. 02/03).

Encaminho o feito ao Tribunal pelo Of. nº 235, do Juiz-Auditor, foram os mesmos conclusos à d. Presidência-fls. 05, que prolatou o Despacho, assim:

"CONSIDERANDO que no art. 40, inciso XXII, da LOJM, não está prevista a legitimidade de servidor para interpor Representação perante esta Corte;

CONSIDERANDO os precisos termos do artigo 5º, inciso XXXIV, alínea "a", da Carta Magna;

CONSIDERANDO, ainda, que o dispositivo legal invocado pelo requerente encontra-se no Capítulo dos deveres e não no concernente aos direitos do servidor, constantes da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 90;

DECIDO:

A DIJUR

1. autue-se como Petição Administrativa;
2. apensem-se os autos da Petição Administrativa nº 59-4/RJ;
3. distribua-se."

Vieram-me em 03 AGO 92, por distribuição, apensados à Petição Administrativa nº 59-4-RJ.

Relatados, decido:

Recebo o feito no limite da distribuição, ou seja, como petição, porquanto entendo que o despacho presidencial de fls. 06 inadmitiu a postulação representativa, por falta de amparo legal.

Assim, perquiro sobre a existência de direito subjetivo do peticionário, bem como da reparabilidade de qualquer lesão que tenha sofrido em seu possível direito.

No que tange à delonga no julgamento do Recurso constante dos autos em apenso, o peticionário explicita que o feito somente fora julgado depois que foi enviada indagação sobre seu andamento e, então, fora o mesmo incluído em sessão extraordinária; logo, constata-se que o postulante renunciou ao direito expresso no Art. 104 da Lei nº 8.112/90, combinado com o Art. 108 do mesmo diploma legal, haja vista que optou por "indagação" sobre o andamento, obtendo êxito, porquanto o feito foi julgado em 16 Out 91, sendo-lhe parcialmente favorável o decisum.

Tocantemente à falta de intimação do postulante do teor do Acórdão, observe-se às fls. 42 dos autos em apenso, que a

decisão do Tribunal fora comunicada pelo Telex nº 438/91 ao Juízo da 2ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM.

Dessa forma, no que tange ao segundo objetivo do petitório pode ter ocorrido duas hipóteses: falta de intimação do postulante por inércia da Auditoria em epígrafe ou não obstante intímado deixou transcorrer in albis o prazo recursal.

Em qualquer hipótese, nada há a prover, presentemente, na Petição em comento, a qual se acha, inclusive, destituída de pedido certo, preciso e conciso.

Resguarda-se, entretanto, o direito recursal do postulante do decisum desta Corte às fls. 28/41 dos autos em apenso, caso dele não tenha tomado ciência, devendo, nesta hipótese, a Diretoria Judiciária remeter cópia do Acórdão ao Juízo em apreço para conhecimento do interessado.

Por tais razões, nego seguimento à presente Petição, por falta de objeto, na forma do inciso V do Art. 18 do Regimento Interno.

Intime-se. Comunique-se.

Brasília, 12 de agosto de 1992

ALTE. ESQ. RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO
Ministro-Relator"

Secretaria do Tribunal Pleno

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 090

- APELAÇÃO Nº 46.743-4 - Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. Advs Drs João Thomas Luchsinger e Benedito de Jesus Pereira Tavares.
- APELAÇÃO Nº 46.702-7 - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. Advs Drs João Thomas Luchsinger e Benedito de Jesus Pereira Tavares.

- APELAÇÃO Nº 46.749-3 - Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Advs Drs Agostinho Campos e Eliane Ottoni de Luna Freire.

- APELAÇÃO Nº 46.713-2 - Relator Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. Adv Dr Ariosvaldo de Gois Costa Homem.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. EM 14/08/92

899009217-5	AG / 133066
AUTOR	: BANCO ECONOMICO SA
REU	: CARLOS JEHOVAH DE BRITO LEITE
899009427-5	AG / 133242
AUTOR	: REDE FERROVIARIA FEDERAL SA
REU	: ADAO PESINO DE SOUZA
899009921-8	AG / 133449
AUTOR	: ESTADO DE SAO PAULO
REU	: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAOZINHO
899009944-7	RE / 133486
AUTOR	: WALDOMIRO PERINI EXP/ IMP/ E COM/ LTDA
REU	: DECIMAR HAINEL S/A -ESPACHOS ADUANEIROSOS ASSESSORIA E TRANSPORTES
899009963-3	AG / 133484
AUTOR	: HABITASUL - CREDITO IMOBILIARIO S/A
REU	: JOSE ANTONIO CABRAL ROCHA
909001108-0	AG / 133220
AUTOR	: DILES MIORANDO
REU	: MARTA PATRICIA CORTES GUCCIARDI
909001771-2	AG / 132780
AUTOR	: ADEMAR SILVA SOARES
REU	: UNIAO FEDERAL
919003636-7	RE / 140358
AUTOR	: MINERACAO TEJUCANA S/A
REU	: DANIEL MAGNO SALGADO

919003647-9	RE / 140124
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: JOSE TORQUATO SEVERO
919003964-5	RE / 140606
AUTOR	: BANCO ITAU S/A
REU	: LEILOBOI LEILOES RURAIS S/C LTDA
919004280-8	AG / 138903
AUTOR	: VIACAO ACARI S/A
REU	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
919004319-7	AG / 139156
AUTOR	: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS -CBTU
REU	: LUIZ FRANCA FERREIRA
919005160-2	ADIN / 534
AUTOR	: PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO-PSB
REU	: PRESIDENTE DA REPUBLICA
REU	: PRESIDENTE DA REPUBLICA
919005699-0	AG / 140272
AUTOR	: AUTO VIACAO JABOUR LTDA
REU	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
919006873-4	RE / 141790
AUTOR	: PAULO DELAHAR DORO
REU	: PRIMOROSA PORTO ALEGRE S/A -VEICULOS E AUTO-PEÇAS-
919007268-5	SSG / 396
AUTOR	: CAMARA MUNICIPAL DE CASTANHAL
REU	: TRIBUNAL DE JUSTICA DI ESTADO DO PARA
IMPTE	: JOSE SOARES DA SILVA
929002551-4	AG / 142319
AUTOR	: AMERICA LATINA NATURAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
REU	: HUGO ANTONIO MARRA
929002810-6	RE / 145023
AUTOR	: PAULO ROBERTO MUNHOZ DA FONSECA
REU	: CARLOS ALBERTO MONTEIRO
929005251-1	ADIN / 704
AUTOR	: GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANA
REU	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA
929006380-7	AG / 144781
AUTOR	: EVADIM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
REU	: ADELIO CAVALHO ARAUJO
929007089-7	MS / 21518
AUTOR	: CARMEN LUCIA CARDOSO CAMPOS VASCONCELOS
REU	: TRIBUNAL DE JUSTICA DA BAHIA
REU	: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA
REU	: COMISSAO ESPECIAL DO PROCESSO DISCIPLINAR NR. 07/91
929007155-9	HC / 69559
AUTOR	: AUGUSTINHO ANDRE FERREIRA
REU	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA
PACTE	: EDUARDO RODRIGUES DE CAMPOS
929007172-9	HC / 69581
AUTOR	: JOSE LINDBERG FREITAS
REU	: TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO
PACTE	: AURI DA SILVA RAMOS
929008805-2	RHC / 69577
AUTOR	: CLAUDIO RAFACHO
REU	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA
929008822-2	MS / 21449
AUTOR	: HELENA ZORZETO
REU	: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO
TOTAL DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. : 25	
RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.J. EM 14/08/92	
900013947-3	CC / 1633-0
AUTOR	: ROSA PULITINI FARAH E OUTROS
REU	: UNIAO FEDERAL E INST. ADM. FIN. DA PREV. IAPAS
RETE	: 37A JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO RJ
PARTE A	: JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ
910006287-1	RMS / 946-0
AUTOR	: CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO REAL
IMPDO	: DEPUTADO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REU	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
910007486-1	CC / 1994-0
AUTOR	: JOSE LACERDA NETO
REU	: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO-JUCEPE
SUSCTE	: JUIZO FEDERAL DA 9A VARA-PE
SUSCDO	: JUIZO DE DIREITO DA 3A VARA CIVEL DE RECIFE-PE
910008004-7	RESP / 10453-0
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: CLEIDE HELIANE PERON DE ALMEIDA

910008831-5	AG / 11500-0 AUTOR : CEESP-CAIXA ECONOMICA DO ESTADO DE SAO PAULO S/A REU : HUMBERTO ANTONIO EPIPHANIO	920008500-8	AG / 21000-0 AUTOR : BENEFICIO ARROZ CONRADO LTDA REU : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO
910012154-1	AR / 305-0 AUTOR : WILLIAM DO VALLE FARIAS REU : CASA DA MOEDA DO BRASIL-CMB	920008902-0	AG / 21270-6 AUTOR : RITA DE CASSIA PEREIRA LIMA REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
910017560-9	AR / 314-0 AUTOR : ALCIDES VICTORIO BODANESE REU : MADEIREIRA BARRA GRANDE LTDA	920009110-5	CC / 3002-9 AUTOR : ASSOCIACAO DOS FISCAIS DE TRABALHO APOSENTADOS REU : UNIAO FEDERAL REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-SP SUSCDO : QUADRAGESIMA NONA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SAO PAULO-SP
910021520-1	CC / 2463-0 AUTOR : LINDALVA DE BRITO MACIEL REU : BANCO NACIONAL S/A SUSCTE : JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVEL DO RIO DE JANEIRO-RJ SUSCDO : JUIZO FEDERAL DA 28A VARA-RJ	920010425-8	CC / 3041-8 AUTOR : ADILSON DOS SANTOS REU : FUNDAÇÃO ROQUETE PINTO SUSCTE : VIGESSIMA SETIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO RIO DE JANEIRO-RJ SUSCDO : JUIZO FEDERAL DA 7A VARA-RJ
920000024-0	PET / 242-0 AUTOR : MADEIREIRA BARRA GRANDE LTDA REU : ALCIDES VICTORIO BODANESE	920010606-4	RESP / 21917-0 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : ELVARLINDA JARDIM MELO
920001572-7	CC / 2754-0 AUTOR : RICARDO DA SILVA FERNANDES REU : INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTENCIA MEDICA DA PREV. SOCIAL - INAMPS SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA-RJ SUSCDO : VIGESIMA OITAVA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO RIO DE JANEIRO-RJ	920011324-9	HC / 1288-3 AUTOR : PROCURADOR GERAL DO ESTADO DA PARAIBA REU : DESEMBARGADOR RELATOR DO MANDADO DE SEGURANCA 910010545 DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA PACTE : ARTHUR DA CUNHA LIMA
920002070-4	CC / 2764-0 AUTOR : ROBERTO OLIVEIRA GONCALVES DO CARMO REU : SPORT CLUBE INTERNACIONAL SUSCTE : DECIMA SEXTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE PORTO ALEGRE-RS SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DA 8A VARA CIVEL DE PORTO ALEGRE-RS	920011531-4	AG / 22311-0 AUTOR : UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO REU : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
920003827-1	CC / 2801-0 AUTOR : MARIA ALZIRA RAMOS REU : UNIAO FEDERAL	920011759-7	AG / 22346-7 AUTOR : MOTOPLAY COMERCIAL LTDA REU : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO
920004672-0	CC / 2823-0 AUTOR : GILMAR VANCATTO REU : CONSORCIO NACIONAL VOLKSWAGEN SUSCTE : JUIZO DE DIREITO DA VARA CIVEL DE MEDIANEIRA-PR SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DA 16A VARA CIVEL DE SAO PAULO-SP	920011797-0	CC / 3070-4 AUTOR : ELI DE SOUZA COSTA REU : DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM -DNER SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 17A VARA-RJ SUSCDO : OITAVA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO RIO DE JANEIRO
920005767-5	CC / 2865-0 AUTOR : MARIA ODETE GONCALVES DE CARVALHO REU : ADRIANO VENDICIANO DOS SANTOS SUSCTE : MARIA ODETE GONCALVES DE CARVALHO SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DA 4A VARA CIVEL DE JOBOATAO DOS GUARARAPES-PE SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FAMILIA E SUCESSOES DO FORO REGIONAL DE SANTANA-SP	920013295-2	HC / 1322-0 AUTOR : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS REU : TERCEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIAO SUSCTE : GERDAL DE VASCONCELOS PACTE : FRANCISCO CLAUDIO AZEVEDO
920006261-0	CC / 2904-0 AUTOR : JOSE CARLOS PINTO GUEDES REU : UNIAO FEDERAL SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 30A VARA-RJ SUSCDO : QUADRAGESIMA SETIMA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO-RJ	920014176-5	RESP / 23369-4 AUTOR : CIA / MELHORAMENTOS NORTE DO PARANA REU : MUNICIPIO DE LONDRINA
920006388-8	RESP / 20213-2 AUTOR : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO REU : JOSE WAINBERG	920014931-6	RHC / 2041-0 AUTOR : FACILIO PEREIRA DE ALMEIDA REU : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS PACTE : FACILIO PEREIRA DE ALMEIDA
920006766-2	RESP / 20400-1 AUTOR : UNIAO FEDERAL REU : PEDREIRA MARIUTTI LTDA REU : DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL REU : CONSTRUTORA RABELLO S/A REU : MARIA DA CONCEICAO-REPRESENTADA POR SEUS HERDEIROS	920015219-8	RHC / 2049-4 AUTOR : GLADIMIR GINO DOS SANTOS REU : TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS PACTE : GLADIMAR GINO DOS SANTOS
920007285-2	RESP / 20639-3 AUTOR : BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A-BADESC REU : MALHAS EMERSON LTDA	920017005-6	CC / 3237-3 AUTOR : JUSTICA PUBLICA REU : JOSE FRANCO DA CUNHA LEME SUSCTE : JUIZO FEDERAL DE LONDRINA-PR SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E ANEXOS DE ARAPONGAS-PR
920007722-6	RESP / 20716-6 AUTOR : ILZA MARIA MORET SILVA REU : ELEVADORES SCHINDLER DO BRASIL S/A REU : ESIL-EMPRESA DE SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA REU : CIGNA SEGURADORA S/A	920017444-2	HC / 1387-5 AUTOR : MIGUEL MOREIRA CARDOSO REU : DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS PACTE : EDMILSON MARTINS MICLOS
920007970-9	AG / 20782-6 AUTOR : TRANSPORTES S SILVESTRE S/A REU : ESTADO DO RIO DE JANEIRO	920017646-1	RHC / 2101-2 AUTOR : WASHINGTON DA SILVA MARCELINO REU : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PACTE : CARLOS LAERTE MARCELINO
920008282-3	AG / 20951-3 AUTOR : PALMIRA VIEIRA FERREIRA REU : NELSON CARLOS GUTHEIL	920018401-4	AG / 25451-8 AUTOR : CARLOS RIBEIRO DE LIMA REU : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO
		920019387-0	CC / 3362-6 AUTOR : JUSTICA PUBLICA REU : NAO INDICADO SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA CRIMINAL - SP SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DE AMERICANA-SP